



Recebido em 02/08/2023

Aceito em 09/12/2023

DOI:10.26512/emtempos.v22i42.50362

ARTIGO

As legiões revolucionárias do Paraná e a oposição tenentista ao interventor Mário Tourinho

The revolutionary legions of Paraná and the lieutenant opposition to the interventor Mário Tourinho

Natália Cristina Granato

Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná

<https://orcid.org/0000-0002-6090-0428>

RESUMO: As legiões revolucionárias tiveram seu início a partir de outubro de 1930, e desde então começaram as dissidências políticas em relação ao situacionismo. A organização política tenentista surgiu a partir da ação dos militares que atuaram no movimento armado de 1930 no estado, reunindo também apoiadores civis do movimento tenentista da década de 1920 e da Aliança Liberal. No Paraná, a oposição ao interventor Mário Tourinho começou a ser organizada em dezembro de 1930. Os elementos militares ligados às legiões e clubes revolucionários tenentistas se revoltaram com as práticas políticas da interventoria. Esses agentes enviaram uma série de telegramas ao gabinete de Oswaldo Aranha, um dos principais articuladores do governo Vargas com as interventorias, com grande poder de negociação entre os tenentes revolucionários e os oligarcas dissidentes. Essa crise teve como desfecho a exoneração de Mário Tourinho da interventoria federal, em dezembro de 1931. Esse trabalho pretende investigar as oposições tenentistas ao interventor a partir das fontes do Arquivo Oswaldo Aranha, disponíveis no acervo do CPDOC-FGV. Através das correspondências enviadas ao gabinete ministerial, analisaremos as ações de oposição ao interventor feitas pelas legiões revolucionárias, relacionando esses fatos com o estilo de centralização política praticado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Vargas. Interventoria. Tenentismo revolucionário.

ABSTRACT: The revolutionary legions had their beginnings in October 1930, and since then political dissent in relation to situationism began. The “tenentista” political organization emerged from the action of the military that acted in the armed movement of 1930 in the state, also bringing together civilian supporters of the “tenentista” movement of the 1920s and the Liberal Alliance. In Paraná, the opposition to the “interventor” Mário Tourinho began to be organized in December 1930. The military elements linked to the legions and revolutionary “tenentistas” clubs revolted against the political practices of the “interventoria”. These agents sent a series of telegrams to the office of Oswaldo Aranha, one of the main articulators of the Vargas government with the “interventorias”, who held great

negotiation power between the revolutionary lieutenants and the dissident oligarchs. This crisis ended with the dismissal of Mário Tourinho from the federal “interventorship,” in December 1931. This work intends to investigate the lieutenants' opposition to the “interventor” based on the sources of the Oswaldo Aranha Archive, available in the CPDOC-FGV collection. Through the correspondences sent to the ministerial cabinet, we will analyze the opposition actions to the “interventor” made by the revolutionary legions, relating these facts with the style of political centralization practiced by the Provisional Government of Getúlio Vargas.

KEYWORDS: Vargas Government. Intervention. Revolutionary tenentism.

Introdução

Em outubro de 1930, o surgimento das legiões revolucionárias marcou o início de um período de crescentes divergências políticas em relação às interventorias federais recém-instaladas pelo Governo Provisório. Essas organizações políticas começaram a se formar como resultado das ações dos militares envolvidos no movimento armado de 1930 nos estados, contando também com o apoio de civis simpatizantes das ideias tenentistas, surgidas na década de 1920. No estado do Paraná, a oposição ao interventor não-tenentista Mário Tourinho começou a ser organizada a partir de dezembro de 1930.

Os militares associados às legiões e clubes revolucionários tenentistas se insurgiram contra as práticas políticas da interventoria de Tourinho. Esses membros enviaram uma série de telegramas ao gabinete de Oswaldo Aranha, um dos principais mediadores entre o governo Vargas, os tenentes revolucionários e os oligarcas dissidentes. Como resultado dessa crise, Mário Tourinho foi exonerado da interventoria federal em dezembro de 1931.

Este artigo¹ propõe uma análise das oposições tenentistas em relação ao interventor, com base nas fontes documentais do Arquivo Oswaldo Aranha, que se encontram disponíveis no acervo do CPDOC-FGV. Utilizando as correspondências dirigidas ao gabinete ministerial, examinaremos as ações de resistência à figura de Mário Tourinho por parte das legiões revolucionárias, buscando estabelecer conexões com o estilo de centralização política adotado pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas.

A Revolução de 1930 é reconhecida como um marco histórico e social que colocou em xeque a autonomia política e administrativa dos estados, forçando as classes dominantes locais tradicionais a se ajustarem às exigências da centralização estatal e às transformações nas práticas políticas e eleitorais (GRANATO; OLIVEIRA, 2020).

A Primeira República se baseava na autonomia estadual e na política dos governadores. Esse modelo oligárquico esvaziava a esfera federal do conflito político, concentrado na esfera dos estados (LYNCH, 2014, p.91). Em contrapartida, um dos

¹ O presente artigo é resultado da Tese de Doutorado em Sociologia defendida pela autora denominada “O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas”. Curitiba: UFPR, 2021. Resultados parciais também foram apresentados no evento online 3º Encontro Internacional História & Parcerias (ANPUH-RJ), na ST 50-Militares na História do Brasil: perspectivas interdisciplinares, 2021.

principais legados da Revolução de 1930 foi a centralização do Estado nacional, no qual os novos e os antigos interesses foram cooptados pelo Estado. Essa ideia é compartilhada por boa parte da literatura que analisa a nova máquina estatal que inter-relaciona novos e velhos interesses.

A centralização de poderes para o executivo federal é evidente neste ponto. A nomeação dos interventores por parte de Getúlio Vargas, chefe do governo provisório, criava uma intensa relação de dependência e controle sobre as interventorias federais. Os interventores, por sua vez, deviam fidelidade ao chefe revolucionário, que tinha a prerrogativa de mantê-los ou não no cargo.

Por sua vez, os interventores federais tinham a prerrogativa de nomear um prefeito para cada município, ficando aos seus critérios a exoneração dos prefeitos nomeados. Os prefeitos, chefes do executivo municipal, também tinham atribuições legislativas (CARONE, 1974).

Nesse processo de centralização, os tenentes ganharam muito espaço político, e essa concentração de poderes “abalou profundamente as velhas oligarquias estaduais” (FORJAZ, 1983, p.489). O contexto congregava um esquema de nomeações e exonerações, no qual os interventores federais deviam fidelidade ao chefe do governo provisório. A rede de dependência também era uma prática nos municípios, pois os prefeitos eram nomeados pelos interventores, devendo o cargo a eles.

Entre 1930 e 1932, nenhum grupo de poder impôs integralmente suas decisões políticas frente ao Estado (WIRTH, 1979, p.44). Tratava-se de uma coalizão não coesa e não integrada que disputava no interior das interventorias e do governo central as posições e decisões políticas, muitas vezes em lutas tão intensas que provocavam sérias rupturas. Essa lógica fazia parte do processo de centralização registrado pelo Estado brasileiro no contexto pós-Revolução de 1930.

No Paraná, a escolha do interventor foi relacionada à liderança de Plínio Tourinho, Comandante em Chefe das Tropas Revolucionárias no estado. Ele esteve presente em todos os momentos de preparação e organização do movimento de 1930. Quando a revolução estourou, no dia 5 de outubro, Mário Tourinho assumiu o governo do Paraná em caráter provisório, convidado pelo irmão.

Mário Tourinho tomou posse definitiva enquanto interventor no dia 18 de novembro de 1930, nomeado por Getúlio Vargas, chefe do governo provisório. Conforme as interpretações sobre a centralização estatal empreendida pela Revolução de 1930, uma das novidades que o novo regime instaurou foram as interventorias federais nos estados. Segundo Maria do Carmo Campello de Souza, a “característica básica desse novo ‘inventor’ estrutural foi o da sobreposição de elementos sem raízes políticas antigas nos estados (...) àquelas estruturas eleitorais coronelistas da Velha República” (SOUZA, 1976, p.41).

Na análise sobre o caso do Paraná, verifica-se que a família Tourinho não era isenta de elementos sem raízes políticas no estado, ao contrário da análise de Campello de Souza sobre as interventorias nos estados. Os irmãos Tourinho possuíam

raízes no Paraná e boas relações com a classe dominante local. O pai de ambos, Francisco Antônio Monteiro Tourinho, era engenheiro militar em grandes empreendimentos do estado e capitão do Estado-Maior. A mãe dos irmãos era neta do capitão-mor de Antonina, no litoral do Paraná. Nesse sentido, os atos dos irmãos Tourinho devem ser analisados a partir das redes de poder construídas em termos locais. Porém, como o movimento da política pós-1930 tendia a centralização, o alinhamento do interventor com as forças da política nacional tinha mais peso e importância, juntamente com o seu relacionamento com os tenentes.

A próxima seção do artigo discorrerá sobre as legiões revolucionárias do Paraná e a oposição tenentista ao interventor Mário Tourinho.

O poder militar no Paraná e a pressão política sobre a interventoria de Tourinho

A investigação sobre o poder militar no contexto pós-1930 necessita considerar as organizações tenentistas e legiões revolucionárias, que se fortaleceram a partir do movimento de outubro. Muitos integrantes militares e civis passaram a exercer uma significativa influência sobre o Governo Provisório, especialmente em relação ao Ministério da Justiça, então ocupado por Oswaldo Aranha, juntamente com a força de pressão exercida junto a interventoria local, liderada por Mário Tourinho.

Um cargo estratégico para o novo regime era o de chefe de polícia, ocupado pelo capitão Arnaldo Marques Mancebo. A partir do momento em que Mancebo foi nomeado governador provisório de Santa Catarina por Plínio Tourinho, o capitão Viégas da Silva assumiu a Chefatura de Polícia, sendo ele, além de uma liderança militar do movimento armado, uma importante figura que presidia o Centro Cívico 5 de outubro, organização de apoio à Revolução. Viégas da Silva também exercia influência junto aos círculos operários do Paraná. Viégas da Silva permaneceu no cargo de novembro de 1930 a março de 1931, sendo substituído por Catão Menna Barreto Monclaro. Este oficial ocupou a chefatura de polícia de março a outubro de 1931.

A partir dessas nomeações, observa-se a instabilidade desse setor no interior da interventoria de Mário Tourinho, algo que não se repetiu nas demais secretarias. Por sua vez, Cícero Costard, militar alinhado politicamente aos irmãos Tourinho, assumiu o cargo em outubro de 1931, permanecendo até a sua exoneração, em 31 de janeiro de 1932, no mesmo dia da posse de Manoel Ribas.

As constantes trocas na chefatura de polícia não ocorreram por acaso na interventoria de Tourinho. Havia uma forte crise política interna ao seu governo, e ele vinha sofrendo oposições ligadas às organizações ligadas ao “tenentismo revolucionário” desde os seus primeiros meses.

As organizações que faziam parte do tenentismo revolucionário eram inéditas na política nacional, pois se tratam de grupos não-partidários semioficiais com grande influência e força de pressão sobre o governo central. Com a extinção dos partidos, novas formas de organização política surgiram com a Revolução de 1930, o que fez com

que os interventores passassem a não apenas intermediar as relações entre os grupos oligárquicos e as frações de classe dominante locais como também ter um bom relacionamento com estas organizações tenentistas, que tinham linha direta com o Palácio do Catete através de viagens ao Rio de Janeiro, telegramas e cartas enviadas ao presidente e à sua equipe.

As Legiões Revolucionárias se instalaram nos estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Rio de Janeiro, Pernambuco, Ceará e Distrito Federal, entre outubro de 1930 e o decorrer do ano de 1931. Essas organizações possuíam um caráter civil e militar. Com exceção ao Distrito Federal, governado por Adolfo Bergamini, membro do Partido Democrático Nacional, “todas tiveram cobertura oficial dos interventores federais para a sua fundação e seu funcionamento” (DRUMMOND, 1986, p.216). Os oligarcas dissidentes eram contrários à organização semi-oficial das legiões nos estados. Um exemplo dessa oposição foi a ação de Borges de Medeiros em barrar a instalação da Legião Revolucionária no Rio Grande do Sul, através de negociações diretas com Oswaldo Aranha. Quase todas as legiões revolucionárias eram tenentistas, exceto a legião mineira, composta exclusivamente de jovens integrantes das oligarquias dissidentes, tais como Francisco Campos (Ministro da Educação), Amaro Lanari (Secretário de Estado da Fazenda) e Gustavo Capanema (Secretário de Estado do Interior), apoiados pelo interventor Olegário Maciel (DRUMMOND, 1986, p.219).

Atuando como fiéis escudeiros do governo, os tenentes também atuavam “na identificação dos inimigos de Vargas em todo o país, montando conspirações para sua derrubada” (CONNIFF, 1979, p.146).

Segundo Peter Flynn (1979, p.85), as legiões foram criadas pela necessidade de organização política dos grupos que fizeram parte da Revolução de 1930. Desde 1929, a Aliança Liberal já apresentava cisões profundas, que se aprofundaram com o fortalecimento das tendências radicais e conservadoras, que se digladiavam entre si. Oswaldo Aranha, uma das estrelas civis da revolução, considerava os tenentes os verdadeiros organizadores do movimento de 1930, e incentivava a organização política tenentista através das legiões revolucionárias. Com o seu apoio, as legiões foram fundadas nos estados a partir de 1930, e consolidadas em 1931. Nesse processo, o relacionamento de Vargas se tornou dependente, a ponto de o presidente consultar o Clube 3 de Outubro sobre nomeações e decretos importantes, que passavam por uma aprovação prévia dos tenentes (CONNIFF, 1979, p.146).

No Paraná, as legiões revolucionárias tiveram seu início a partir de outubro de 1930, e desde então começaram as dissidências políticas em relação ao situacionismo. A organização política tenentista surgiu a partir da ação dos militares que atuaram no movimento armado de 1930 no estado do Paraná, reunindo também apoiadores civis do movimento tenentista da década de 1920 e da Aliança Liberal.

O primeiro grupo que surgiu a partir dessa linha foi o Centro Revolucionário 5 de Outubro, presidido pelo capitão Viégas da Silva, chefe de polícia do governo Tourinho. Em novembro de 1930 foi fundada a Legião Revolucionária do Paraná, tendo

a liderança nacional do tenente-coronel João Alberto. A Legião Revolucionária definia-se como uma “corporação cívica dedicada a congregar todos os patriotas para consolidar e manter os resultados da revolução” (O DIA, 24 de novembro de 1930, p.1), defendendo a reforma dos costumes políticos e o reerguimento da nacionalidade. Uma liderança estadual era o capitão Vicente Mário de Castro, sendo seus fundadores Felinto Teixeira, Clementino Paraná, Octávio Silveira, Francisco Teixeira de Carvalho, Gaspar Peixoto da Costa e João Garcez do Nascimento. Em 4 de dezembro de 1930, uma carta para Oswaldo Aranha também incluiu José Moreira Lima, Ottoni Maciel, Paulo Rocha de Chueri como correligionários da Legião Revolucionária do Paraná (OA1930.12.4).

Em um depoimento de Mário Tourinho concedido a Francisco Negrão, o ex-interventor afirmou que as oposições ao seu governo começaram nas primeiras reuniões da Legião Revolucionária, que ocorriam nas dependências do Teatro Guaíra, com o seu consentimento (NEGRÃO, 1946, p.320).

Outra organização de revolucionários do Paraná consistiu no planejamento do Congresso de Revolucionários do Paraná, evento destinado a discutir questões de ordem política, social, econômica, financeira e administrativa do estado, tendo como norte a moralização dos costumes políticos (O DIA. Congresso de Revolucionários do Paraná, 15.jan.1931, p.1). O presidente do congresso foi o capitão Viégas da Silva, e a comissão do evento era composta por nomes como Gastão Buttell, Ary Telles, Cyro Silva e José Guérios, Christovam Vieira da Costa e Antônio Couto Pereira (O DIA. Congresso Revolucionário do Paraná, 21.jan.1931, p.1). Para as comissões por regiões do Paraná, foram eleitos os seguintes presidentes: Regional Norte: Moreira Lima; Sul: Henrique Stadler; Centro: Ayrton Plaisant; Litoral: Genaro Régis (O DIA. Congresso Revolucionário do Paraná: Eleições da mesa e comissões. 22.jan.1931, p.2).

Dissidências de algumas prefeituras uniram-se ao Congresso Revolucionário de Curitiba para realizar críticas a Mário Tourinho. O prefeito de Tomazina, Moreira Lima, apontava para a imprensa de São Paulo que o governo “não iniciou inquérito algum a fim de apurar as responsabilidades” do governo anterior. Era necessário organizar meios para que o interventor não se afastasse das normas revolucionárias (O DIA. Com vistas ao sr. General Interventor. 25.fev.1931, p.2).

Em contrapartida, o governo também reuniu um grupo de revolucionários, composto por políticos e militares que foram ativos na Aliança Liberal e na Revolução de 1930, tais como Plínio Tourinho, o coronel Ottoni Maciel, o major Vicente Mário de Castro, João Cândido Ferreira, Francisco Teixeira de Carvalho, Antônio Jorge Machado da Silva Lima, Catão Mena Barreto, Francisco Paula Soares Neto, Octávio da Silveira, José Pereira de Macedo, capitão Amorety Osório, coronel Roberto Glasser, Francisco Pereira, Antônio Couto Pereira, Ivo Leão, Oscar Joseph Plácido e Silva, Francisco Guérios, José Cabezon e Nerval Silva (O DIA. Grande Reunião Política. 05.fev.1931, p.1).

Alguns destes apoiadores da interventoria de Mário Tourinho se afastaram da linha governista e passaram para a oposição no decorrer do ano, aderindo às legiões

revolucionárias. Intensificando as críticas à interventoria, a oposição se tornou cada vez mais forte e influente junto ao gabinete de Oswaldo Aranha, fazendo com que as críticas chegassem ao presidente Getúlio Vargas, que lidava com inúmeras crises nas interventorias dos estados.

Criava-se assim uma robusta oposição à interventoria no interior do campo político paranaense, que passou a ser um problema para o presidente Getúlio Vargas, que necessitava pacificar as conturbadas relações de poder na esfera local. Uma série de eventos provocaram a crise na interventoria de Tourinho. A oposição começou a ser organizada em dezembro de 1930, a partir da exoneração de Jorge Becher na Prefeitura de Ponta Grossa. Essa cidade foi estratégica para o avanço da Revolução de 1930, sendo escolhida como a primeira sede do governo provisório. Getúlio Vargas e seus oficiais lideraram o movimento instalado em Ponta Grossa. As legiões revolucionárias possuíam grande influência na cidade. Jorge Becher foi o prefeito nomeado por Mário Tourinho logo após a vitória da Revolução de 1930. Notabilizado por ser um dos chefes políticos da Aliança Liberal e por ser um comerciante local influente, Becher possuía o perfil mais ligado às oligarquias dissidentes e ao grupo de apoio ao interventor do que uma ligação com os militares e legionários que articularam o levante. Sua nomeação não agradou a estes grupos, o que fez com que Becher se afastasse do cargo em dezembro de 1930. A expectativa dos grupos tenentistas revolucionários era a de que Tourinho nomeasse alguém que representasse a eles mesmos, e não um prefeito ligado às oligarquias dissidentes, como era o perfil de Becher. No entanto, Mário Tourinho nomeou Ernesto Guimarães Vilela para a prefeitura de Ponta Grossa.

O novo prefeito possuía um perfil de aproximação com o interventor e com as oligarquias dissidentes que apoiaram a Revolução de 1930. Membro de família tradicional, seu pai, Bonifácio Vilela, era um comerciante português que se instalou em Paranaguá e posteriormente em Ponta Grossa, na segunda metade do século XIX. Obteve o título de comendador na ocasião em que Dom Pedro II visitou Ponta Grossa, no ano de 1880. Casado com Placidina Gonçalves Guimarães, seus capitais familiares foram incrementados, pois o clã Guimarães possuía grande influência no Paraná Tradicional. Ernesto Vilela era portador do título Rodrigues Seixas (NEGRÃO, 1927).

A trajetória do prefeito nomeado pela “cidade revolucionária” revela a característica de modernização conservadora da Revolução de 1930 e da interventoria de Mário Tourinho, que prestigiava políticos ligados às oligarquias e ao coronelismo dos municípios.

O aprofundamento das crises internas e a exoneração de Mário Tourinho da interventoria

Os elementos militares ligados às legiões e clubes revolucionários tenentistas aprofundaram a oposição a Mário Tourinho no decorrer do seu mandato, protestando contra uma série de práticas políticas adotadas pela interventoria. Esses agentes revolucionários enviaram uma série de telegramas ao gabinete de Oswaldo Aranha,

um dos principais articuladores do governo Vargas com as interventorias, com grande poder de negociação entre os tenentes revolucionários e os oligarcas dissidentes. O fato ocorrido no mês de dezembro de 1930 ecoou nos telegramas dos meses seguintes, que declaravam a retirada do apoio ao interventor pelo fato do mesmo não consultar o “interesse da coletividade” para escolher o novo prefeito de Ponta Grossa, em substituição a Jorge Becher. A diretoria política revolucionária de Ponta Grossa não foi consultada na nomeação de Ernesto Villela para a prefeitura (O DIA. O primeiro grito de oposição. 17.mar.1931, p.2). A cidade de Ponta Grossa reunia os maiores focos de oposição à interventoria de Mário Tourinho. Nesta cidade, ocorreram outros momentos críticos contrários à Tourinho, desencadeados ao longo do ano de 1931.

Desde então, descontentamentos foram cada vez mais recorrentes contra a interventoria, ecoando negativamente no governo federal. O Governo Provisório convivia com uma série de crises nas interventorias dos estados, fato que se repetia no Paraná. A convivência entre os oficiais e civis ligados ao tenentismo revolucionário, contrapostos aos oligarcas dissidentes, realizava-se com dificuldade nos estados, o que provocava profundas crises e trocas nas interventorias.

A crise na interna fez com que Mendonça de Lima, um dos líderes da Legião Revolucionária, escrevesse uma carta para Getúlio Vargas em favor da continuidade de Tourinho na interventoria federal (SILVA, 1972). Esse movimento admite a existência de uma crise que poderia levar a uma profunda instabilidade política, algo que não era desejado por membros mais moderados do tenentismo revolucionário a nível nacional. O gaúcho Mendonça de Lima conhecia o Paraná, pois comandou o batalhão do 13º Regimento de Infantaria em Ponta Grossa e também pertencia aos quadros do Estado-Maior da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, na ocasião da Revolução de 1930.

Entretanto, os elementos mais radicais do tenentismo revolucionário deram continuidade à ofensiva ao interventor, no nível estadual. A Legião Revolucionária Paranaense, por intermédio do Capitão Manoel Nóbrega, enviava telegramas para Oswaldo Aranha, criticando as ações “não-revolucionárias” de Mário Tourinho. Primeiramente, Manoel da Nóbrega se apresentava a Aranha como um “verdadeiro revolucionário” pois, na ocasião da Coluna Prestes, comandou um destacamento em Itararé, em direção a Miguel Costa. Em um dos telegramas, Manoel Nóbrega denunciava ao ministro da justiça que o promotor Nestor Ericksen e o professor Amarílio Oliveira foram exonerados porque eram apoiadores da Legião Revolucionária. Afirmava para Aranha as suas diferenças em relação ao governo: “nos momentos incertos do sacrifício fomos idealistas salvadores (...) agora na paz somos perturbadores da ordem” .

Mário Tourinho, em depoimento a Francisco Negrão, relatou as perseguições sofridas por membros da oposição ao seu governo, através de “telegramas mentirosos”, “denúncias falsas” e “relatórios caluniosos” dirigidos a Getúlio Vargas, o que desgastava a sua imagem ante ao chefe do Governo Provisório (NEGRÃO, 1946, p.320).

Como consequência da crise, os rumores do afastamento de Mário Tourinho na interventoria registraram-se com intensidade no início de março de 1931. A imprensa, no entanto, assinalava que Getúlio Vargas prestigiava interventores alheios a competições políticas e partidárias, como era o caso de Tourinho, que também tinha um perfil conciliador, o que não o afastaria da interventoria (O DIA. Tranquelize-se o Paraná: liberto pelas suas próprias mãos, continuará a ser governado pelos seus próprios filhos. 04.mar.1931, p.1).

Porém, as intrigas políticas que envolviam o Paraná avolumavam-se no gabinete do ministro Oswaldo Aranha. Algumas exonerações que ocorreram na interventoria tinham correspondência com as crises entre o governo e o setor militar, que em parte estava organizado em grupos autointitulados de “revolucionários” e guardiões do legado do movimento outubrista de 1930. A exoneração do capitão Viégas da Silva da Chefatura de Polícia exemplifica tais tensões, tendo o interventor nomeado o capitão Catão Menna Barreto Monclaro para substituí-lo (O DIA. O novo chefe de polícia. 05.mar.1931, p.1).

Essa troca na chefatura de polícia demonstra o fato de Tourinho ter, no setor militar de seu governo, inimigos políticos que conspiravam contra ele. Viégas da Silva era membro da Legião Revolucionária, e assinava, juntamente com outras lideranças, diversos telegramas endereçados a Getúlio Vargas e a Oswaldo Aranha, contendo reclamações contra o interventor.

Mas a troca de chefe de polícia não resolveu a crise interna na sua interventoria. A influência do tenentismo revolucionário era muito intensa no setor militar, algo que foi possibilitado pelo fato desses elementos não terem conexões com as oligarquias dissidentes locais. Ao contrário, muitos elementos militares não eram nascidos no estado, e viam na Revolução de 1930 uma possibilidade de ascensão política, pois ela unia os ideais de centralização estatal e moralização dos costumes políticos, bandeiras levantadas pelo tenentismo desde os anos 1920. A influência exercida por eles não possuía o filtro dos oligarcas locais, e era praticada diretamente no Palácio do Catete.

Menna Barreto, substituto de Viégas da Silva na chefatura de polícia, também era alinhado politicamente com os “tenentes revolucionários”. Lutou na Revolução de 1930 e angariou grande prestígio durante a sua trajetória militar. Permaneceu durante alguns meses na interventoria de Mário Tourinho.

A crise entre a interventoria e o setor militar se acentuou com o pedido de exoneração de Plínio Tourinho da Chefia do Estado-Maior da 5ª Região Militar para assumir a chefia do Serviço de Engenharia (O DIA. O Major Plínio Tourinho deixou a chefia do Estado Maior da Região. 13.mar.1931, p.2). Plínio Tourinho possuía grande prestígio junto aos oficiais da guarnição local, devido à liderança exercida na Revolução de 1930. Esse fato revela a existência de grandes disputas entre as chefias militares no âmbito nacional, pois a 5ª Região Militar é estratégica para o Exército Brasileiro. Em contrapartida, o cargo de chefe do Serviço de Engenharia também possuía notória importância, o que demonstra o reconhecimento do governo central em

relação à família Tourinho. No entanto, a influência exercida por Mário Tourinho quanto à guarnição militar local foi enfraquecida com a troca de cargo efetivada por Plínio Tourinho.

A oposição declarada ao interventor Mário Tourinho foi divulgada na imprensa a partir da metade de março de 1931. Ela foi orquestrada por um grupo de oficiais de Ponta Grossa, através do envio de telegramas encabeçado por Ayrton Plaisant para diversas autoridades, como o ministro da guerra, Goés Monteiro, o ministro da justiça, Oswaldo Aranha, e outras lideranças da revolução, como Lima Cavalcanti, o capitão Amorety Osório, o coronel João Alberto, o capitão Juarez Távora e o general Flores da Cunha.

Em contrapartida, declarações públicas de solidariedade ao interventor foram propagadas por diversas lideranças, como o ministro do trabalho, Lindolpho Collor, prefeitos, diretórios municipais revolucionários, associações empresariais e operárias, entre outras autoridades e instituições. A resposta de Getúlio Vargas às instabilidades política do Paraná ocorreu em uma conferência realizada em Petrópolis, sobre a situação econômica do Paraná, na qual estavam presentes o próprio presidente, Plínio Tourinho, Fidelis Reginato (ACP) e Arthur Obino (Chefe de gabinete, Ministério da Justiça). Nessa ocasião, Vargas reafirmou absoluto apoio e confiança em Mário Tourinho (O DIA. O Chefe da Nação...reafirma o seu absoluto apoio e integral confiança ao interventor. 20.mar.1931, p.1).

No entanto, os ataques à interventoria continuaram. O setor militar entrava em contato com Oswaldo Aranha para denunciar elementos perrepistas no Norte do Paraná. A oposição entre os militares ligados ao tenentismo, arautos dos “ideais revolucionários” e a interventoria de Tourinho possuía como principal motivo o fato dos militares sentirem-se preteridos em relação aos oligarcas dissidentes. Muitos desses agentes políticos tinham ocupado cargos na Primeira República e pertencido ao Partido Republicano Paranaense. Em um dado momento, alguns desses agentes aderiram às oligarquias dissidentes, apoiando o Partido Democrático Paranaense, a Aliança Liberal e a Revolução de 1930. Porém, no ponto de vista do tenentismo revolucionário, esses elementos eram “perrepistas”, ou seja, tinham alinhamento com os políticos depostos e com os membros do governo Affonso Camargo.

Uma denúncia constante à interventoria de Mário Tourinho referia-se à ineficiência quanto ao andamento dos inquéritos e investigações dos governos do Partido Republicano Paranaense. Os legionários, defensores dos ideais “saneadores” da Revolução de 1930, exigiam o levantamento de supostos casos de corrupção e imoralidade dos governos de Caetano Munhoz da Rocha e de Affonso Camargo. A punição dos agentes desses governos era um objetivo defendida pelo tenentismo revolucionário, que culpava a interventoria de Mário Tourinho em não agir com rigidez e firmeza.

Diante das acusações de que a interventoria era mancomunada com os interesses do governo deposto, Oswaldo Aranha cobrava informações sobre o andamento das investigações referentes aos atos do período pré-1930. Mário Tourinho

respondia que os antigos presidentes Caetano Munhoz da Rocha e Affonso Camargo eram alvos de inquéritos para apuração de irregularidades. Em um telegrama, datado de 27 de março de 1931, Tourinho informou a Aranha que os bens de Marins Camargo foram interditados.

Os membros da Legião Revolucionária Paranaense viajavam ao Rio de Janeiro para reunirem-se com Oswaldo Aranha, debatendo o cenário político no estado. Em uma das cartas a Oswaldo Aranha, destacava-se o teor de algumas reuniões, datada do dia 7 de maio de 1931. Afirmava-se que a Legião Revolucionária era o “meio único de congregar valores, de disciplinar e orientar o pensamento e a ação” política do estado. Denunciava-se que o Diretório Revolucionário, comandado pela cúpula da interventoria estadual, transformou-se em uma “esdrúxula e injustificável corporação política”, na qual preponderavam os interesses pessoais, afastando os revolucionários.

Oswaldo Aranha ouvia a Legião Revolucionária Paranaense para coletar informações a respeito da política local. Isso era uma característica fundamental da nova fase da república brasileira, inaugurada pela Revolução de 1930: a centralização do poder.

Possíveis nomes para a substituição de Mário Tourinho começaram a circular no Rio de Janeiro, através de rumores de que o Major Mendonça Lima foi convidado por um grupo de militares da guarnição de Curitiba para assumir o cargo, que também teria sido oferecido para Felinto Muller, oficial de gabinete do ministro da guerra (O DIA. O caso do Paraná. 25.ago.1931, p.1).

Embora o governo federal recebesse muitos telegramas de insultos a Mário Tourinho, o interventor continuava a ter prestígio junto ao governo federal, inclusive nos meios militares. Prova disso foi a ocasião em que o Ministério da Guerra exerceu influência para a nomeação do Major Cícero Costard como novo chefe de polícia do Paraná, alinhado politicamente ao governismo estadual (O DIA. O novo chefe de polícia do Paraná. 04.out.1931, p.1). Os irmãos Tourinho tentaram neutralizar a crise política no estado a partir da nomeação de Costard. Trata-se de um oficial paranaense com destacada atuação ao lado de Plínio Tourinho nos preparativos da revolução de 1930.

Com o aumento de rumores sobre a demissão de Mário Tourinho, o governo federal passou a ter uma preocupação maior com a interventoria paranaense. A prática do envio de emissários pessoais de Getúlio Vargas para os estados em que os titulares das interventorias estavam atravessando crises políticas era recorrente durante o governo provisório. Para o Paraná, o enviado foi João Alberto Lins de Barros, ex-interventor no estado de São Paulo e agente de confiança do presidente. Mesmo após a sua exoneração da interventoria de São Paulo, o tenente continuou a exercer grande prestígio junto ao governo central. Nomeado chefe de polícia no Distrito Federal por Getúlio Vargas, João Alberto procurou fortalecer os tenentes e as legiões revolucionárias. A crescente reação do movimento conservador opositor aos tenentes provocou uma maior articulação tenentista nos estados (GRANATO, 2021).

O relatório sobre a situação política do estado foi entregue em 06 de outubro de 1931. Suas impressões gerais sobre o interventor Mário Tourinho era a de que ele era um homem probo, praticante de uma administração honesta, porém com pouco trato em relação aos elementos militares que participaram da revolução e cercado de elementos reacionários que faziam parte de sua equipe desde o início de sua gestão. Tais elementos contrários eram justamente os militares revolucionários da guarnição federal que foram afastados do Paraná pelas suas posições críticas ao governo.

João Alberto afirmou a Vargas que a interventoria de Tourinho só se mantinha a partir do prestígio do governo federal, transferindo para este as antipatias populares que se avolumavam. Como parecer geral da sua missão no Paraná, João Alberto assinalou ao presidente que Tourinho deveria ser substituído por alguém de “real prestígio com os elementos revolucionários”.

Com o enfraquecimento das forças políticas, Tourinho pediu exoneração do cargo de interventor após a realização de reuniões com o secretariado e seus auxiliares. Entre os motivos relatados por ele no telegrama de exoneração, enviado a Getúlio Vargas, ressaltam-se as cruentas competições e lutas por poder no estado, especialmente originárias do setor militar.

Considerações finais

As divergências políticas internas que abalavam as interventorias nos estados eram sintomas da falta de organização partidária que se verificava desde o início do governo provisório. A instabilidade interna também era aumentada com as relações diretas entre elementos civis e militares em relação ao governo central, através do envio de telegramas, da realização de reuniões nos palácios da capital federal e da desqualificação do governo estadual por parte de opositores com influência política junto às forças nacionais.

Nos regimes políticos democráticos, os partidos são órgãos essenciais para o equilíbrio e a organização política. O governo provisório possuía como diretriz a reorganização das instituições, e as organizações partidárias faziam parte deste pacote. Assim, as dissensões e discórdias políticas internas seriam neutralizadas por programas definidos, pela realização de assembleias, eleições de diretórios, disputas entre correntes, entre outras ações. No Paraná, a política estava dividida entre governistas, oposicionistas, perrepistas, independentes e legionários, que não estavam devidamente organizados e muitos dos seus agentes estavam praticando ações que instabilizavam as relações entre o governo federal e a interventoria, através do fomento de intrigas e críticas. Algumas dessas desagregações eram neutralizadas diretamente por Plínio Tourinho, irmão do interventor, junto ao presidente Vargas.

As críticas à Tourinho não eram dirigidas exclusivamente à sua administração, mas sim à sua própria pessoa e à sua família. Os seus opositores assinalavam que Mário Tourinho não era revolucionário, pois combateu os tenentes em São Paulo no ano de 1924.

Percebemos que a oposição a Mário Tourinho não era proveniente das classes dominantes locais, mesmo com a crise econômica na qual o estado passava, e também não tinha base nas oligarquias dissidentes. Esses dois grupos faziam parte das bases sociais que mantinham Mário Tourinho no poder.

A ambivalência do movimento de 1930 indica que, paradoxalmente, a oposição à interventoria de Tourinho era proveniente dos setores militares e dos elementos aquartelados no Paraná, com influência nos gabinetes do governo federal e com organização a partir da Legião Revolucionária. Também observamos que o ponto decisivo para a sua exoneração foi o relatório de João Alberto acerca de sua interventoria, compactuando com os grupos militares de oposição tenentista no estado. Tratava-se, portanto, de uma crise militar que questionava a legitimidade da interventoria de Tourinho no Paraná, que culminou na sua exoneração do cargo, em dezembro de 1931.

Referências

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OAcp1930.12.4. Correspondência a Oswaldo Aranha, sobre a situação política do estado do Paraná, e sobre perseguições políticas e necessidade de reconstrução do estado. São Paulo, 1930.

Arquivo Oswaldo Aranha. FGV CPDOC, OAcp1931.07.22. Telegrama de Manuel da Nóbrega a Oswaldo Aranha informando acerca das hostilidades promovidas por Mário Tourinho contra partidários da Legião Paranaense, e solicitando sua transferência da Guarnição do Paraná. Curitiba, 1931.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC OA cp 1931.04.08/1. Telegrama de Mário Alves Monteiro Tourinho a Oswaldo Aranha sobre remessa de processos, com o envolvimento do ex-presidente do estado, Munhoz da Rocha. Curitiba, 1931.

Arquivo Oswaldo Aranha, FGV CPDOC, OA cp 1931.05.07/1 . Carta de Stoll Nogueira a Oswaldo Aranha sobre a situação política no Paraná, e sobre o enfraquecimento do Diretório Revolucionário, propiciado na ocasião para a instalação oficial da Legião de Outubro. Curitiba, 1931.

Arquivo Getúlio Vargas, FGV CPDOC, GVc1931.10.06. Carta de João Alberto Lins de Barros a Getúlio Vargas enviando relatório sobre a situação política no Paraná, incluindo informações sobre a atuação do Interventor e seus auxiliares. Curitiba, 1931.

CARONE, Edgard. A Segunda República (1930-1937). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

CONNIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

DRUMMOND, José Augusto. O movimento tenentista: a intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935). Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (coord.). Os militares e a Revolução de 30. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Tenentismo e Revolução de 30. In: UFRGS (org.). Simpósio sobre a Revolução de 30. Porto Alegre: Erus, 1983.

GRANATO, Natália Cristina; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. O sucesso da interventoria de Manoel Ribas no Paraná frente à instabilidade da política no período pós-Revolução de 1930. In: Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, v. 6, p. 48-69, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/nep/article/view/78445/42252>. Acesso em 23.set.2023.

GRANATO, Natália Cristina. O processo da Revolução de 1930 no Paraná: atores políticos e dissidências oligárquicas. Curitiba: UFPR, 2021.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro (1822-1930). São Paulo: Alameda, 2014.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 2º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.

NEGRÃO, Francisco. Genealogia Paranaense. Volume 5º. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1946.

O DIA. O primeiro grito de oposição. 17.mar.1931, p.2.

O DIA. Tranquelize-se o Paraná: liberto pelas suas próprias mãos, continuará a ser governado pelos seus próprios filhos. 04.mar.1931, p.1.

O DIA. O caso do Paraná. 25.ago.1931, p.1

O DIA. O novo chefe de polícia. 05.mar.1931, p.1.

O DIA. O novo chefe de polícia do Paraná. 04.out.1931, p.1

O DIA. O Major Plínio Tourinho deixou a chefia do Estado Maior da Região. 13.mar.1931, p.2.

O DIA. O Chefe da Nação...reafirma o seu absoluto apoio e integral confiança ao interventor. 20.mar.1931, p.1.

SILVA, Hélio. 1931: Os tenentes no poder (O ciclo de Vargas- volume IV). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

WIRTH, John D. O Tenentismo na Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). Os militares e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.